

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Reforço nas concessões	2
Título: Ver para crer	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Aneel deve punir Isolux por atraso em linha	4
Título: Unidade teve de pedir verba para conta de luz.....	6
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: Infraestrutura e carga tributária tiram competitividade em óleo e gás.....	7
Título: Plano da Abengoa prevê pagamento de 60% da dívida	8
Título: Aneel propõe retomada de concessão de linhas da Isolux.....	10
Título: Eletrobras corta custos de plano de aposentadoria e antecipa retorno	12
Título: Petrobras promete acelerar venda de ativos	13
Título: Forte adesão pode levar Vale a antecipar ida a Novo Mercado.....	14
Título: Banco Brasil Plural compra comercializadora de energia.....	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Geralda Doca e Martha Beck****Título: Reforço nas concessões**

Para cumprir meta de 2018, União prevê arrecadar R\$ 20 bi com leilão de ao menos 18 aeroportos.

Mesmo alterando a meta fiscal de 2018 para prever um rombo maior, o governo ampliou o pacote de concessões para conseguir fechar as contas do ano que vem. Passou a contabilizar R\$ 20 bilhões decorrentes da privatização de aeroportos e da venda da fatia da Infraero em terminais já concedidos. O valor foi incorporado ao Orçamento e inclui a concessão de, no mínimo, 18 terminais. Isso envolve a concessão de Congonhas (SP), segundo mais movimentado aeroporto do país — atrás apenas de Guarulhos (SP) —, além da licitação de três blocos de aeroportos encabeçados por Santos Dumont, Cuiabá e Recife. Inclui ainda a relicitação de Viracopos (Campinas). Cálculos de técnicos da área econômica apontam que considerando os setores de transportes, petróleo e gás e energia será possível arrecadar quase R\$ 61,6 bilhões no ano que vem.

A venda da fatia da Infraero (de 49%) nos cinco aeroportos concedidos deve render à União R\$ 10 bilhões — o Tesouro já investiu cerca de R\$ 3,3 bilhões nesses terminais. Com a concessão de Congonhas (SP), estima levantar R\$ 4 bilhões. Outros R\$ 4,1 bilhões viriam em outorgas com o leilão de três blocos de aeroportos e, pelo menos, R\$ 1,9 bilhão com a nova licitação de Viracopos (Campinas), que será devolvido à União. Mesmo assim, deve ser anunciada hoje uma revisão das metas fiscais de 2017 e 2018 para aumentar o rombo nos dois anos. O déficit primário de

2017 deve subir R\$ 20 bilhões, passando de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. Já o de 2018 vai crescer R\$ 30 bilhões, de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões.

LEILÕES DE PETRÓLEO E HIDRELÉTRICAS

Para o ano que vem, existe ainda a expectativa de obter R\$ 1,6 bilhão em outorga com a licitação da ferrovia Norte-Sul. Na área de petróleo e gás, três leilões programados podem render mais R\$ 10 bilhões, enquanto no segmento de energia existe a expectativa de se obter R\$ 30 bilhões com a venda de usinas da Eletrobras. Segundo os técnicos, os três blocos de aeroportos são: Santos Dumont com mais cinco (Macaé, Jacarepaguá, Vitória, Pampulha e Carlos Prates); Cuiabá com outros quatro (Barra do Garça, Sinop, Rondonópolis e Alta Floresta) e Recife com aeroportos do Nordeste ainda não concedidos. As concessões serão anunciadas no próximo dia 25, durante reunião do conselho do Programa de

Parcerias de Investimentos (PPI). O governo vai ainda abrir licitação para escolher a empresa responsável por precificar a fatia da Infraero nos aeroportos já concedidos (Brasília, Guarulhos, Viracopos, Galeão e Confins)

O governo também programou três leilões para a exploração de petróleo em 2018. Eles fazem parte de um calendário prévio que foi fixado pelo Ministério de Minas e Energia para dar mais previsibilidade aos investidores e aumentar a atratividade dos certames. No próximo ano, serão oferecidos blocos da camada pré-sal das bacias de Campos e de Santos, uma série de blocos para exploração fora do pré-sal, além dos chamados campos maduros (quando a produção de petróleo está em queda, mas ainda atrai interesse de empresas). A arrecadação de R\$ 10 bilhões é um número prévio porque o governo ainda vai definir os valores mínimos de outorgas para cada bloco. Além disso, é possível que algum bloco seja incluído ou excluído até a publicação do edital.

Na área de energia elétrica, o governo espera arrecadar pelo menos R\$ 30 bilhões com a venda de ativos da Eletrobras. A estatal ainda avalia que usinas serão colocadas à venda, mas a prioridade são 14 hidrelétricas da Chesf, de Furnas e da Eletronorte. O novo marco legal do setor elétrico, que hoje está em consulta pública e deve ser publicado até outubro, prevê que o valor arrecadado seja dividido igualmente entre o Tesouro Nacional, um fundo setorial e a empresa. Reservadamente, porém, integrantes do Ministério de Minas e Energia admitem rever essa divisão por pressão da equipe econômica por causa da situação das contas públicas. Assim, a fatia que cabe ao Tesouro aumentaria.

O presidente Michel Temer se reuniu com a equipe econômica e com a ala política no fim de semana para discutir a revisão das metas fiscais. Existia uma queda de braço dentro do governo em torno dos números. Para 2017, por exemplo, interlocutores do Palácio do Planalto defendiam que o rombo subisse para algo próximo de R\$ 170 bilhões por causa de incertezas no cenário para as receitas. No entanto, integrantes da equipe econômica afirmaram ontem que a batalha parece ter sido vencida pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que queria que o déficit primário ficasse limitado a R\$ 159 bilhões (mesmo valor registrado em 2016).

Para fechar as contas deste ano, o governo contabiliza, por exemplo, o leilão de quatro usinas hidrelétricas da Cemig que podem dar um reforço adicional de R\$ 11 bilhões aos cofres públicos. Esses ativos são alvo de disputa judicial entre a União e o governo de Minas Gerais, mas a Fazenda está convencida de que o cenário é favorável ao governo federal. Também havia incerteza em relação ao novo Refis, programa de renegociação de dívidas tributárias.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: George Vidor****Título: Ver para crer**

Empreiteira tenta se reconstruir executando obras para o setor privado. Termelétrica no Açu pode ser uma delas

A termelétrica programada há anos para o complexo portuário industrial do Açu, no Norte do Estado do Rio, vai mesmo sair do papel. A escolha da empresa que tocará a obra para a Prumo está em estágio avançado. A Andrade Gutierrez é forte candidata a executar o projeto. A termelétrica já passou por todas as etapas de licenciamento ambiental, o que estimulou a Prumo a tirar o empreendimento da gaveta. A oferta de gás natural no Brasil aumentará muito com a produção do pré-sal, o que viabilizará a expansão do parque termelétrico no país.

A AG, por sua vez, tem experiência no segmento. Antes que as coisas parassem por lá, devido à falta de pagamento, vinha executando, por exemplo, a obra civil de Angra 3, uma usina termonuclear. E o empreendimento no Açu se encaixa no novo foco da construtora, que, depois da operação Lava Jato, tenta se reerguer com obras para o setor privado. No momento, a AG não está executando qualquer obra para o setor público.

O grupo está na fase do "teste São Tomé." Assumiu publicamente o compromisso de se pautar pela ética nos negócios, rejeitando as velhas práticas do mundo das empreiteiras. Mas mesmo internamente é preciso "ver para crer" o quanto isso é verdadeiro. E uma das formas de convencimento é envolver também as famílias dos funcionários, informando-as sobre iniciativas tomadas para que a empresa consiga, ou ao menos tente, criar uma outra reputação junto à sociedade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Aneel deve punir Isolux por atraso em linha**

Companhia espanhola pode ser proibida de participar de leilões por dois anos; penalidade deve servir como exemplo para outras empresas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prepara uma dura punição à companhia espanhola Isolux Corsán, por conta de atrasos em obras de linhas de transmissão assumidas pela empresa. A proposta, conforme apurou o "Estado",

é proibir a empresa de participar de qualquer tipo de leilão do setor elétrico no Brasil pelo prazo de dois anos.

A decisão, tomada pela área técnica da agência e já encaminhada para sua diretoria colegiada - que dará o parecer conclusivo sobre o caso -, foi tomada após a Aneel buscar todos os argumentos possíveis da Isolux que pudessem justificar o atraso de anos em linhas de transmissão prioritárias na entrega de energia de hidrelétricas amazônicas como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. A avaliação é de que a empresa espanhola não conseguiu apresentar nenhuma explicação plausível.

A punição ocorre depois de a Aneel retomar dois grandes projetos que estavam nas mãos da Isolux, mas que nunca tiveram suas obras iniciadas. No mês passado, a agência assinou contrato com novas empresas, que se encarregarão de construir aproximadamente 2 mil quilômetros de linhas a partir do zero.

A rede que começa no Pará e que deveria estar pronta em novembro de 2019, agora só será entregue daqui a cinco anos, em agosto de 2022, ou seja, 33 meses depois. A linha que avança pela região Norte a partir de Rondônia foi reprogramada de maio de 2019 para agosto de 2021, uma dilatação de 27 meses sobre o cronograma original.

Problemas financeiros. A Isolux foi procurada pela reportagem, mas não se manifestou. A companhia, que enfrenta graves dificuldades financeiras, passa por um processo de recuperação extrajudicial e tenta vender seus ativos no Brasil.

A empresa brigou na Justiça para ficar com os contratos de transmissão, mesmo atrasados, para que pudesse comercializá-los como "ativos" no País, mas acabou perdendo o direito de permanecer com essas concessões.

"A sanção de suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitação promovida pela Aneel se apresenta mais eficaz para coibir a reincidência da conduta pela Isolux, tanto no aspecto temporal - até dois anos do direito de contratar ou participar de licitações com a Aneel -, como no aspecto educativo para todas as futuras licitantes", afirmam os técnicos da agência, em parecer sobre o assunto. "A conduta da Isolux, repita-se, foi de natureza gravíssima, na medida em que implicou a postergação da implantação de importantes empreendimentos de transmissão para o sistema elétrico nacional."

Trata-se de recado direto para a Abengoa, outra espanhola metida em sérias complicações com o setor elétrico.

No mês passado, a agência recomendou ao Ministério de Minas e Energia que cancelasse os nove contratos de concessão de linhas de transmissão detidas pela empresa, que paralisou 6 mil quilômetros de obras, com investimentos estimados

em R\$ 7 bilhões. A Abengoa também está em recuperação judicial na Espanha, desde novembro de 2015 e, no Brasil, desde janeiro de 2016.

Um dos principais projetos da Abengoa era a linha pré-Belo Monte, que iria escoar energia da usina para toda a Região Nordeste, através da Bahia, com mais de mil quilômetros de extensão. A empresa só concluiu 35% desse projeto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor:

Título: Unidade teve de pedir verba para conta de luz

Além da falta de dinheiro para despesas básicas, contratos para substituir armas estão congelados e cursos, suspensos

Na quarta-feira passada, o Quartel- General do Exército, em Brasília, recebeu um telefonema do comandante de uma unidade de Mato Grosso do Sul. Ele pedia ajuda imediata para evitar o corte de luz da organização, responsável pela área de fronteira com o Paraguai, rota do narcotráfico e contrabando de armas. Após mobilização, o Exército remanejou a verba a tempo de impedir que a unidade ficasse no escuro. A cúpula das Forças Armadas, que estará hoje em cerimônia de apresentação de militares ao presidente Michel Temer, avisou governo e Congresso de que só tem dinheiro até setembro para despesas básicas.

Generais dizem que, com os cortes, foram obrigados a usar reservas de combustíveis e armas, pondo em risco a capacidade de "prontidão" das tropas. Neste ano, o Exército já foi chamado para atender a 13 pedidos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e ações sociais nos Estados, mas ainda precisa receber R\$ 36 milhões necessários para essas operações. O risco de paralisação por falta de verba chegou ao preparo das tropas. Estoques de munição estão na reserva, frota de veículos e barcos depende de renovação, cursos profissionalizantes de recrutas foram suspensos e contratos para substituir fuzis estão congelados.

Ao Estado, o general Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, adotou tom diplomático. "O Exército jamais deixará de cumprir suas missões. Os cortes foram muito elevados, fora dos padrões, e, se não forem readequados em curto prazo, terão impacto direto para a continuidade das ações na Força." O contingenciamento tirou 43,5% dos recursos de investimentos do Exército – de R\$ 2,5 bilhões, mesmo valor de 2008, R\$ 1,1 bilhão foi retido. / T.M. e L.N.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Infraestrutura e carga tributária tiram competitividade em óleo e gás

Apesar do inegável potencial geológico do Brasil, empresas que operam no setor de petróleo e gás apontaram "velhos fantasmas" que afetam a competitividade do país em pesquisa feita pela consultoria Accenture Strategy junto com a FGV Energia. Dos 74 entrevistados, mais da metade citou como barreiras a carga tributária, infraestrutura deficiente, falta de ambiente para inovação, e a rigidez das legislações trabalhista e ambiental.

A conclusão é que a existência de uma geologia atrativa no pré-sal brasileiro, única região no mundo capaz de competir com o 'shale' americano, não será suficiente para atrair investimentos internacionais, apesar de ser um bom começo. Os executivos que responderam à pesquisa para o "Monitor de Atratividade de Investimentos no Setor Petrolífero" trabalham em empresas fornecedoras e petroleiras.

Eles consideram que os leilões de 2017 serão marcos para a retomada do setor, mas 74% dos que responderam acham necessário reduzir a exigência de conteúdo local, mesmo que se reduza a participação de empresas brasileiras nos investimentos.

O resultado foi apresentado sexta-feira na FGV para dirigentes de empresas, entidades setoriais e reguladores como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Pré-Sal Petróleo SA (PPSA) e Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP). A avaliação geral é de que os bilionários investimentos esperados a partir dos leilões deste ano terão efeito sobre a retomada da atividade no biênio 2019-2020, e não 2018. Isso porque o início da exploração das áreas vai demorar cerca de dois anos. "É o ritmo normal da indústria", frisou Antônio Guimarães, secretário Executivo do IBP.

Fernanda Delgado, pesquisadora da FGV Energia, adiciona ainda que o ambiente instável no Brasil deixa as empresas menos propensas a se expor, o que segundo ela empurra investimentos para a frente. "A instabilidade política reduz a atratividade e de forma geral, o ambiente ainda é desafiador", ponderou Fernanda, acrescentando que a retomada em 2020 não terá o petróleo no patamar de preços do passado devido às mudanças trazidas pela produção de petróleo em rochas de xisto (shale) nos Estados Unidos.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, listou medidas adotadas pelo governo, entre elas mudanças no percentual de conteúdo local exigido e o perdão às empresas que descumpriram os percentuais (waiver). Mas também acha que "não há milagre" e que os investimentos proporcionados pelo novo marco regulatório não virão no curto prazo. Bruno Falcão, da Accenture Strategy mostrou alguns efeitos da queda da atividade exploratória no Brasil, observando

que o número de poços offshore perfurados atualmente é comparável apenas ao verificado na década de 60. Já o objetivo da pesquisa, disse, é saber quando se dará a recuperação e como ela acontecerá.

Segundo cálculos de Magda Chambriard, ex-diretora-geral da ANP, o Brasil perdeu R\$ 20 bilhões em investimentos que teriam sido feitos se 41 blocos não tivessem sido retirados da 9ª Rodada de licitações, realizada em 2007, após a descoberta do pré-sal que acabou sendo exclusiva para a Petrobras em 2010. Alguns desses blocos estão sendo oferecidos este ano, já que não existe mais a lei que obriga a estatal a ser operadora única.

Oddone observou que quem poderia trazer mais velocidade para a diversificação de atores no setor seria a Petrobras, com a venda de ativos. O desinvestimento da estatal, considerado atrativo por 85% dos entrevistados, é visto sob risco de perder o "timing", devido a ações judiciais e cobranças de órgãos fiscalizadores. Como exemplo de impacto sobre a exploração e produção 'onshore' citou a venda dos campos incluídos no Projeto Topázio, da estatal. A produção de petróleo em terra no Brasil caiu 27% entre 2012 e 2017. E excluído o pré-sal, a produção hoje é de 1,48 milhão de barris diários, ante os 2,1 milhões de barris produzidos em 2010. "A Petrobras ainda tem privilégios e acho que ainda devemos evoluir um pouco mais para as companhias terem tratamento igualitário", disse Oddone.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Plano da Abengoa prevê pagamento de 60% da dívida

O plano de recuperação judicial da Abengoa, que será submetido aos credores no fim desta semana, prevê o pagamento de cerca de R\$ 2 bilhões - ou 60% - dos R\$ 3,3 bilhões em dívidas da companhia por meio da venda de ativos operacionais. O saldo remanescente de cerca de R\$ 1,3 bilhão vai depender da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do recálculo das receitas das linhas de transmissão ainda em construção, para que essas possam ser relicitadas dentro da recuperação judicial.

Não há previsão de "haircut" - expressão em inglês para o desconto do valor de face da dívida.

O principal obstáculo que adiou a aprovação do plano de recuperação da companhia foi superado. Há duas semanas, a Abengoa assegurou uma oferta vinculante do fundo americano TPG pelas suas sete linhas de transmissão em operação, no valor de R\$ 400 milhões. A parcela de R\$ 1,218 bilhão em dívidas e financiamentos dos ativos será transferida aos compradores.

A proposta do TPG será utilizada para balizar outras que sejam apresentadas no leilão judicial da companhia. A oferta do fundo será o "stalking horse", expressão usada para descrever o investidor que faz a primeira oferta e tem o direito de cobrir eventuais novas propostas no leilão.

Outro ativo em operação parcial da companhia, que também será vendido para pagar os credores, é o Hospital da Zona Norte de Manaus. Pelo plano, a dívida de R\$ 149 milhões referente ao ativo será transferida ao comprador, restando uma dívida de R\$ 1,912 bilhão para ser reestruturado na recuperação judicial.

A venda do hospital deve render outros R\$ 143 milhões aos credores, segundo a avaliação econômico-financeira do ativo elaborada pela BAM&A Corporate Finance. Para que a venda saia, porém, será preciso equacionar um problema com o governo do Amazonas, já que o hospital é uma parceria público-privada.

Apesar de pronto, o hospital não está totalmente em operação, pois falta definir o orçamento do Estado do Amazonas que vai permitir isso. "A instabilidade política dos últimos anos no Amazonas atrapalhou isso, mas a expectativa é que o orçamento seja definido neste ano", disse uma fonte com conhecimento da situação.

Além das vendas dos ativos, a Abengoa conta ainda com R\$ 76,5 milhões em créditos a serem recebidos das construtoras.

Para o saldo remanescente de R\$ 1,3 bilhão, a companhia tem as nove linhas de transmissão ainda em construção, que somam mais de 6 mil quilômetros de extensão, e cujas obras estão paralisadas desde novembro de 2015 - quando a controladora da companhia pediu proteção contra os credores na Espanha.

A Abengoa tentou encontrar compradores para esses ativos, que incluem linhas de transmissão importantes que vão escoar energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA) ao Nordeste, mas não teve sucesso, devido às taxas de retorno muito aquém das praticadas pelo mercado.

A companhia conseguiu, no fim do ano passado, uma decisão da juíza Maria da Penha Nobre Mauro, da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, obrigando a Aneel a paralisar o processo de caducidade dessas linhas e a recalcular a receita anual permitida (RAP) de cada uma, para que possam ser relicitadas dentro da recuperação judicial.

A ideia é aproveitar os cerca de R\$ 1,5 bilhão em investimentos já feitos nos ativos. Nesse cenário, as sociedades de propósito específico (SPE) de cada uma das linhas seria mantida, com suas respectivas dívidas e também os contratos com fornecedores.

A Aneel, porém, questionou a decisão e ainda não a cumpriu. Recentemente, o regulador conseguiu uma outra decisão judicial que permitiu a retomada da caducidade das linhas, e recomendou ao Ministério de Minas e Energia (MME) que avançasse na cassação das concessões, mas a Abengoa recorreu na Justiça do Rio de Janeiro e deve protocolar ainda esta semana um mandato de segurança na Justiça Federal.

O "plano B", caso a Aneel vença a disputa e consiga concluir a caducidade dos contratos, será cobrar do regulador uma indenização dos bens reversíveis. Esse montante seria repassado aos credores. A companhia trabalha com o valor de referência de R\$ 1,5 bilhão para essa indenização.

No fim desse processo, o plano prevê que a dívida que sobrar será paga em uma única parcela à vista pela Abengoa daqui 30 anos.

A Abengoa está em recuperação judicial desde janeiro de 2016. A assembleia de credores teve início em junho, mas foi paralisada e deve ser retomada na próxima sexta-feira, 18 de agosto. A expectativa dos envolvidos, segundo o **Valor** apurou, é que o plano terá a aprovação necessária.

O plano propõe ainda que os credores concedam um empréstimo-ponte de R\$ 35 milhões para a companhia, para que esta possa aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Com isso, a dívida fiscal que a companhia tem, superior a R\$ 150 milhões, pode cair para cerca de R\$ 70 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aneel propõe retomada de concessão de linhas da Isolux

Depois de abrir caminho para o governo cassar a concessão de nove linhas da elétrica espanhola Abengoa, a Agência Nacional de Energia elétrica (Aneel) começa a fechar o cerco contra outro grande grupo de origem hispânica em dificuldade financeira, a Isolux. Os processos em tramitação apontam para diferentes desfechos. O principal envolve a rescisão de contratos de concessão já assinados e com licença ambiental emitida. Mas há ainda casos de proibição da empresa participar, por dois anos, de novos leilões e exigências para resolver os frequentes desligamentos de linhas que já estão em operação.

Na semana passada, a área técnica da Aneel concluiu - e remeteu à decisão da diretoria - os pareceres que propõem a retomada da concessão. Trata-se de duas linhas com obras paralisadas nos Estados do Tocantins, Pará e Amapá. A escolha do diretor que assumirá a relatoria dos processos será feita hoje por sorteio.

Um dos alvos da Aneel é a linha de 105 quilômetros projetada para fazer o escoamento da energia de usinas instaladas no Amapá. O contrato foi assinado em 2015 pela concessionária Linhas de Laranjal Transmissora de Energia (LLTE). A fiscalização da agência constatou que, depois de obter a licença prévia no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), em agosto do ano passado, o empreendedor não requereu a licença de instalação, para iniciar as obras, e nem assinou os contratos de compra de equipamentos. O prazo final de entrega do empreendimento é setembro de 2018.

A segunda linha que pode ter o contrato revogado possui 563 quilômetros de rede no Pará e no Tocantins. São dois trechos contratados em 2013 pela concessionária Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia (LITE). Uma das frentes de investimentos serviria para reforçar a transmissão de energia das primeiras máquinas da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu (PA). Esse contrato previa o início da operação comercial em agosto do ano passado, mas foi verificado que, até agora, a LITE não concluiu o projeto básico, não acertou a aquisição de equipamentos e não conta com equipes mobilizadas nos canteiros de obras.

Nos dois casos, a Aneel deve recomendar ao Ministério de Minas e Energia a revogação dos contratos de concessão, que somam 668 quilômetros de rede. De acordo com pareceres da área técnica da Aneel, houve a perda da capacidade econômica financeira para dar continuidade aos projetos. Nos processos em tramitação, a companhia classificou a recomendação de caducidade das concessões como medida "extrema" e "precipitada".

A Isolux está sendo enquadrada em mais dois processos na Aneel. Um deles envolve os lotes de linhas projetados para Rondônia e Pará, arrematados em leilão em 2015. Nele, a agência prevê a suspensão temporária da Isolux e de suas coligadas de contratar ou participar de licitações promovidas pela agência no prazo de dois anos. O diretor André Pepitone é relator.

O caso parecia ter sido encerrado no fim do ano passado quando foram executadas as garantias bancárias, no valor de R\$ 121 milhões, apresentadas pela Isolux para entrar no leilão. Isso ocorreu porque a empresa não conseguiu entregar outras garantias exigidas para assumir a concessão. Depois de retomar os lotes, a agência reguladora levou os projetos novamente ao leilão desse ano, quando foram arrematados pelas empresas Equatorial e Cobra.

A terceira linha de atuação da Aneel contra a Isolux passa pela cobrança de soluções para falhas recorrentes na operação de dois trechos (LXTE e LMTE) de 1.240 quilômetros do chamado "linhão" da hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins (PA). Para garantir a melhora do desempenho operacional, a equipe de fiscalização cobrou um "Plano de Melhorias e Providências". As linhas em questão

já foram alvo de ação judicial nesse ano em que a Isolux buscou o direito de reequilíbrio dos contratos para implantar reforços na rede já autorizados pela agência. O pleito, no entanto, não prosperou e a empresa corre o risco de ser punida novamente por perda de qualidade do serviço de transmissão.

Procurada, a Isolux não respondeu ao pedido de informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Eletrobras corta custos de plano de aposentadoria e antecipa retorno

A Eletrobras conseguiu antecipar a expectativa de retorno referente ao plano de aposentadoria extraordinária (PAE) ao cortar o custo estimado da medida em R\$ 1,5 bilhão para R\$ 809 milhões, informou Wilson Ferreira Junior, presidente da estatal, em entrevista a jornalistas na sexta-feira.

Com isso, o retorno sobre o investimento do PAE acontecerá em menos de um ano. A expectativa anterior era ter o "payback" da iniciativa após um ano.

A queda do custo, explicou o presidente da companhia, foi motivada por modificações no pacote de aposentadoria, por recomendação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do ministério do Planejamento.

Apesar da mudança no pacote, o nível de adesão ao PAE foi alto. Da meta de 2.437 adesões voluntárias, foram alcançados 2.097 inscrições, um total de 86%. Com relação à economia anual estimada, o valor previsto a ser alcançado é de R\$ 874 milhões, 95% da meta de R\$ 920 milhões.

Segundo Ferreira Jr., a forte adesão ao programa, mesmo com a queda do pacote de aposentadoria oferecido, se deve segundo ele às discussões em curso no país sobre mudanças na aposentadoria e à redução de cargos gerenciais na estatal - que podem ter motivado adesões de funcionários elegíveis com remunerações mais elevadas.

O PAE não incluiu ainda a Amazonas GT. Segundo a companhia, o potencial de economia com o acréscimo da empresa na iniciativa é de R\$ 20,8 milhões anuais.

Ferreira Jr. acrescentou que a empresa vai fazer provavelmente entre outubro e novembro um plano de incentivo ao desligamento (PID). A meta da empresa é alcançar 50% de um universo de 4.832 funcionários elegíveis. A ideia é desligar

metade neste semestre e outra metade no primeiro semestre do próximo ano. A meta da companhia é uma economia anual de R\$ 600 milhões com o PID.

Combinando as demissões voluntárias e a aposentadoria, a economia anual esperada pela estatal elétrica é de R\$ 1,5 bilhão.

Além dos cortes de custos, a Eletrobras segue com o plano de venda de ativos para ajudar a reduzir o endividamento. A estatal considera vender suas participações minoritárias em sociedades de propósito específico (SPE) como a hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), e Belo Monte, no rio Xingu (PA), desde que as condições financeiras sejam atrativas, disse Ferreira Junior. "Nós não estamos em liquidação", comentou. Segundo o executivo, a Eletrobras só vai exercer o direito a "tag along" - extensão das condições da oferta feita aos minoritários - caso as condições agreguem valor para a estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Petrobras promete acelerar venda de ativos

Obrigada a rever sua sistemática de seu programa de desinvestimentos, devido às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), a Petrobras perdeu o ritmo que vinha mantendo desde o ano passado, mas promete intensificar as vendas de ativos ao longo do segundo semestre. Com uma meta de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018, a companhia ainda não conseguiu fechar nenhuma nova alienação no decorrer de 2017. No entanto, possui seis novos processos abertos.

Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da estatal, Ivan Monteiro, embora o prazo para cumprimento da meta esteja encurtando, o compromisso assumido com o mercado está mantido e que a curva de aprendizado obtida com a venda de US\$ 13,6 bilhões ao longo de 2015-2016 ajudará a petroleira a acelerar os processos em curso.

"[o mercado] Pode esperar uma atividade mais intensa do programa no segundo semestre. É correto que a empresa tem um prazo menor, mas é correto também que a companhia tem o aprendizado dos primeiros desinvestimentos, das parcerias realizadas, e que ela vai aplicar todo esse aprendizado nos processos a seguir", disse Monteiro, na sexta-feira, em teleconferência com analistas.

Desde maio, a Petrobras já abriu seis novos processos de venda de ativos, sendo o principal deles a abertura de capital da BR. Na lista estão, ainda, os campos de gás natural de Azulão (Bacia Amazonas) e Juruá (Solimões); o campo de Maromba

(Bacia de Campos); os ativos de distribuição de combustíveis do Paraguai; e um conjunto de 30 concessões em águas rasas.

Além disso, a companhia já sinalizou o interesse de vender a refinaria de Pasadena, no Texas (EUA) e a PetroÁfrica.

O Banco do Brasil Investimentos destaca, todavia, que "à medida que o tempo passa, mais barreiras e complexidade são colocadas no caminho da companhia, uma vez que o ambiente macro e algumas condições de mercado estão além do controle gerencial".

Monteiro, por sua vez, explicou que a estatal acompanha os riscos de mercado e trabalha com alternativas, caso meta de desinvestimentos não seja cumprida.

"Pode ter certeza que teremos sim, opções, mas nesse momento queremos confirmar: a companhia permanece buscando a sua meta", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivo Ribeiro

Título: Forte adesão pode levar Vale a antecipar ida a Novo Mercado

A adesão maciça dos investidores à conversão voluntária de ações preferenciais (PNA) em ordinárias (ON) da Vale, encerrada na sexta-feira à noite, pode levar a mineradora a acelerar a migração para o Novo Mercado da B3, na avaliação de fontes ouvidas pelo **Valor**. Pelo plano original, essa migração vai ocorrer só em 2020, mas dado o sucesso da operação há chances de se tentar antecipar esse prazo. No total, detentores de 1.660.581.830 de ações preferenciais aderiram à proposta de reestruturação societária feita pela companhia, número equivalente a 84,4% dos papéis preferenciais em circulação, excluindo ações em tesouraria.

Houve uma sobra de 15,6% de preferenciais que permanecem em mãos de investidores da mineradora, sobretudo no mercado brasileiro. Informações extra-oficiais dão conta de que a Capital Group, principal preferencialista da Vale, com cerca de 20% dessa classe de papéis e que se opôs à operação desde o início, acabou aderindo à conversão de suas ações.

Em comunicado na sexta-feira, o diretor-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que estava muito satisfeito com o resultado, que superou as melhores expectativas. "Foi dado um importante passo para que possamos transformar esta companhia na corporation que todos queremos que ela seja, uma empresa com os mais altos padrões de governança", destacou.

A partir de agora, a tendência é que as ações preferenciais da Vale percam liquidez, a qual passará a estar concentrada nas ações ordinárias, com direito a voto. Hoje, essa nova relação de liquidez entre ONs e PNAs de Vale estará expressa na B3, com a ação preferencial sendo excluída dos índices da bolsa.

Segundo fontes, a Vale vai analisar alguns cenários sobre o que fazer com essa "sobra" de PNs. A mineradora deve estudar a possibilidade de uma nova conversão de ações PNA em ON, mas não está claro se essa operação poderia ser novamente voluntária ou então mandatária (obrigatória). E também não se sabe qual seria a relação de troca, se poderia ser, por exemplo, inferior à operação já encerrada e que considerou um índice de 0,9342 ação preferencial por ordinária, desconto de pouco mais de 6% aos preferencialistas.

Na primeira fase do processo, a Vale não quis se arriscar a fazer uma operação mandatária, pois ela embute o risco de os investidores dissidentes optarem pelo direito de retirada ou recesso, segundo o qual o acionista pode querer vender suas ações pelo valor patrimonial e não pelo valor de mercado.

Na sexta-feira, o valor patrimonial da ação da Vale estava na faixa de R\$ 26 por papel, abaixo do valor de mercado. Mas, se em algum momento essa relação se inverter e o valor da ação patrimonial for superior ao do mercado, o investidor pode optar pelo direito de recesso - dentro de uma operação de conversão mandatária -, impondo à empresa o risco de se descapitalizar.

Antes de conhecido o resultado final da operação - com números parciais até então de 72,2% de adesão, divulgados na quinta à noite -, a corretora Itaú BBA divulgou relatório no qual estimou que uma eventual operação mandatária envolvendo uma sobra de 10% de preferenciais poderia custar à Vale US\$ 1,6 bilhão.

Depois de encerrado prazo para conversão, a Vale terá que implementar uma série de medidas dentro de um processo que pode levar cerca de 60 dias. Essas medidas foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 27 de junho, quando os investidores presentes votaram majoritariamente pela conversão de ações PNA em ON da mineradora.

O deságio imposto às PNs não impediu uma forte adesão dos investidores à operação, estimulados por uma grande campanha em mídia feita pela Vale, como há tempos a mineradora não fazia, e pela perspectiva de uma valorização das ações no futuro como resultado de uma melhor governança corporativa na empresa.

Agora, será convocada uma AGE da Valepar, a holding que controla a Vale, para deliberar sobre a sua incorporação pela companhia, com o pagamento de um

prêmio de 10% aos controladores (Bradespar, BNDESPar, fundos de pensão liderados pela Previ e Mitsui). Na visão do mercado, a Bradespar é uma das maiores beneficiadas pela operação.

Ainda nesta semana deve ser assinado novo acordo de acionistas da Valepar, que terá validade de três anos (até 2020). Na vigência desse acordo, o bloco composto pelos integrantes da holding será obrigado a manter o mínimo de 20% do capital total da Vale. E nos seis primeiros meses, a contar da celebração do acordo de acionistas, haverá o chamado "lock up": os ex-integrantes da Valepar estarão proibidos de negociar suas ações, inclusive as que excedam os 20% vinculados ao acordo.

A Vale também deverá realizar uma assembleia de acionistas para eleger dois conselheiros independentes para o conselho de administração da companhia.

Pelo cronograma original, ao fim da reestruturação societária, os ex-integrantes da Valepar ficarão livres para vender toda sua participação acionária. A única restrição é que nenhum acionista individual poderá deter mais de 25% do capital da empresa. Se isso acontecer, terá de haver uma oferta pública de ações, mecanismo previsto por cláusula de "poison pill" no estatuto da mineradora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mand

Título: Banco Brasil Plural compra comercializadora de energia

Em busca da diversificação das fontes de receita, o grupo Brasil Plural fechou a compra da comercializadora de energia Celer, do Rio, por um valor não divulgado. Criada em 2013 por executivos da antiga MPX, a Celer atua na compra e venda de contratos de energia, operações estruturadas e consultoria. A projeção de crescimento do mercado livre de energia, que representa hoje cerca de 30% do consumo energético do país, atraiu a entrada do Brasil Plural no negócio.

Para Rodolfo Riechert, presidente do grupo Brasil Plural, a migração dos consumidores do mercado regulado para o livre também levará ao maior desenvolvimento de produtos e serviços financeiros ligados a energia, daí o cruzamento com o banco. "No exterior, esse é um negócio muito financeiro, que envolve até hedge funds", diz ele.

O Brasil Plural também quer trazer para dentro do banco o conhecimento do setor energético, que pode ajudar a instituição a avaliar o impacto do custo da energia para o negócio de seus clientes.

Entre os serviços que Riechert pretende criar no banco a partir da compra da Celer está, por exemplo, o financiamento de geradoras a partir do pré-pagamento da energia que ela vai gerar futuramente. Essa transação gera contratos que poderiam servir depois de lastro para algum produto financeiro. "Existe muita sinergia com o mercado de capitais", afirma o executivo.

Do lado dos sócios da Celer, a entrada do Brasil Plural na comercializadora representa uma oportunidade de crescimento. "Vamos poder usar o capital e a placa do banco. Energia é coisa de gente grande", diz Eduardo Karrer, ex-presidente da MPX e que assumirá a presidência do conselho de administração da Celer. Com R\$ 4,5 milhões de capital, a Celer faturou R\$ 150 milhões no ano passado.

A presidência executiva da comercializadora terá dois executivos: Cristian Nogueira, responsável pela mesa de empresas do Brasil Plural no Rio, e João Dahl, que já comandava a Celer antes da compra pelo Brasil Plural. Os outros três antigos sócios da empresa, Leonardo Soares, Sérgio Romani e Ewerton Vital, continuam na operação, agora debaixo do grupo Brasil Plural.

Outros agentes financeiros também estão interessados no segmento de energia. Em 2010, o banco BTG Pactual começou as atividades de sua comercializadora. A XP Investimentos também lançou em 2015 contratos financeiros de energia elétrica.

Fundado por ex-executivos do Pactual, o grupo Brasil Plural vem reestruturando suas atividades. O banco decidiu transferir sua família de fundos líquidos, que somam cerca de R\$ 15 bilhões, para a Genial, antiga Geração Futuro. O grupo avalia também atrair um sócio minoritário para a Genial com o objetivo de fortalecer a plataforma de investimentos. O maior representante desse segmento é a XP Investimentos.

MME / ASCOM